



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Terceira Sessão de CAMEF

Distr.: Geral

AU/CAMEF/EXP/6(III)

Data: 10 de Março 2008

**Primeira Reunião Conjunta Anual da
Conferência da UA de Ministros de Economia e Finanças e
Conferência da CEA de Ministros Africanos de Finanças,
Planeamento e Desenvolvimento Económico**

Terceira Reunião do Comité de Peritos

*Adis Abeba, Etiópia
26 – 29 de Março de 2008*

**Seguimento da última Conferência dos Ministros Africanos
de Economia e Finanças (CAMEF II)**

1. A segunda Conferência dos Ministros Africanos de Economia e Finanças foi realizada em Yaoundé, Camarões, de 20 a 23 de Novembro de 2006.

A. Recomendações dos Peritos

2. A reunião dos consultores que antecedeu a Conferência, fez as seguintes recomendações aos Ministros :

- a) A aceleração do estudo sobre a racionalização e a integração das comunidades económicas regionais (CER), analisando os seus custos e benefícios e considerando os acordos existentes;
- b) A criação imediata dos comités de pilotagem das três instituições financeiras;
- c) O envolvimento das organizações e dos agentes económicos regionais no estabelecimento dessas instituições ;
- d) A elaboração do estudo sobre o financiamento alternativo da União Africana baseando-se nas experiências africanas e asiáticas ;
- e) O envolvimento directo dos responsáveis dos serviços alfandegários em todas as negociações sobre a integração e a parceria económica ;
- f) O relançamento imediato das negociações do Ciclo de Doha e a integração do comércio em todas as políticas de desenvolvimento;
- g) A implementação de políticas apropriadas para o desenvolvimento das micro-finanças assegurando a viabilidade e a perenidade deste sistema de financiamento orientado para as populações pobres;
- h) A organização, harmonização e desenvolvimento da estatística com o apoio das capacidades e experiência das organizações internacionais, a elaboração de uma Carta e a criação de um fundo especializado de apoio ao desenvolvimento da estatística.

B. Recomendações da Conferência dos Ministros

3. Com base nas propostas formuladas pelos peritos, a Conferência dos Ministros, adoptou as seguintes recomendações :

- a) O desenvolvimento das fontes de energias renováveis;
- b) O reforço da solidariedade entre os países africanos importadores e exportadores do petróleo e a criação de um fundo de solidariedade;
- c) A generalização do processo de anulação da dívida a todos os países africanos;

- d) A aceleração do processo de desenvolvimento das instituições financeiras (Banco Central Africano; Fundo Monetário Africano e Banco Africano de Investimento);
- e) O lançamento de um forte apelo ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Comunidade internacional em matéria de mobilização dos recursos necessários ao financiamento do desenvolvimento;
- f) A criação de um ambiente favorável à diversificação, à modernização e ao crescimento rápido da produção através da promoção e desenvolvimento do sector privado,
- g) O relançamento imediato das negociações de Doha sobre o comércio e o desenvolvimento.
- h) O levantamento de todos os obstáculos ao acesso dos produtos africanos nos mercados do Norte
- i) O envolvimento dos países africanos na reorganização e na reforma das instituições de Bretton Woods
- j) A elaboração da Carta da estatística e a criação de um fundo africano de desenvolvimento da estatística.

C. Ponto de situação da implementação das recomendações de CAMEF II

- 4. Menos de dois anos após a adopção dessas medidas, pode-se constatar que:
 - a) O estudo sobre as fontes de energias novas e renováveis prossegue e foram organizadas reuniões para informar e vulgarizar as novas técnicas experimentadas em outras regiões;
 - b) O estudo sobre a criação do fundo africano de solidariedade dos países importadores de petróleo, iniciado desde 2006, está na fase de conclusão. Realizado conjuntamente pela CUA e BAD o estudo irá submeter brevemente as suas conclusões e recomendações para análise das instâncias da União Africana;
 - c) A dívida representa um obstáculo ao desenvolvimento em Africa. As medidas tomadas no quadro das políticas de redução da pobreza e de revitalização do crescimento, elaboradas com o apoio das Instituições de Bretton Woods, permitiram a alguns países atenuar o peso da dívida, pelo contrário outros, não elegíveis aos mecanismos adoptados, não conseguiram diminuir o peso exorbitante da dívida que dificulta todo o esforço de desenvolvimento.
 - d) A insuficiência das políticas económicas, a persistência das barreiras regulamentares e fiscais, a manutenção dos custos elevados dos factores de produção, a fraca valorização dos recursos humanos e os problemas persistentes de pilotagem e de gestão das políticas

impedem o desenvolvimento rápido do comércio intra-africano, a livre circulação de pessoas e bens e o acesso aos financiamentos internacionais;

- e) Os compromissos assumidos pela comunidade internacional para a mobilização dos recursos necessários ao financiamento do desenvolvimento da África não foram respeitados. A ajuda pública ao desenvolvimento continua a marcar passo nos países africanos ;
- f) As negociações de Doha, apesar das declarações consumadas pelas partes envolvidas, não foram relançadas;
- g) O estudo do desenvolvimento das micro-finanças foi lançado e as conclusões serão submetidas à análise das autoridades africanas;
- h) A Carta Africana da Estatística foi elaborada. A sua apreciação pelos Ministros de Economia, Finanças e Planeamento, permitirá submetê-la à decisão das altas instâncias da União Africana e criar o fundo de desenvolvimento estatístico necessário para melhoria das capacidades de recolha, tratamento, análise e publicação de dados económicos e sociais, e reforço dos meios de pilotagem e de gestão das políticas.

D. Via a seguir

5. A implementação efectiva das medidas estruturais recomendadas pela Conferência dos Ministros requer, face a um ambiente internacional marcado pela desregulamentação e globalização da economia, novas políticas mais voluntaristas e mais rigorosas a nível nacional e regional, capazes de acelerar a integração e de realizar a prazo os objectivos fixados em matéria de crescimento e de redução da pobreza.

6. Medidas prioritárias de políticas económicas deverão ser executadas de imediato nos seguintes domínios :

a) A melhoria das capacidades de pilotagem e de gestão a nível nacional e regional pela adopção e implementação da Carta Africana da Estatística. A criação do fundo de desenvolvimento da estatística previsto na Carta permitirá aos países membros e às comunidades económicas regionais melhorar o seu sistema de recolha, tratamento e análise da informação, e reforçar as suas capacidades de elaboração, implementação e acompanhamento das políticas e programas de desenvolvimento integrado;

b) A integração económica, indispensável ao desenvolvimento do mercado africano, deverá desenvolver-se com as infra-estruturas de transporte e de comunicação apropriadas. O desenvolvimento das infra-estruturas de base necessita da mobilização adequada dos recursos continentais e internacionais, do reforço da parceria pública/privada, do desenvolvimento de um mercado financeiro regional adequado e concorrencial, e da melhoria contínua do ambiente dos negócios, a fim de apoiar o crescimento do comércio, controlar os custos de produção, melhorar a competitividade da economia, diversificar as economias, modernizar e intensificar os meios de produção;

c) A melhoria do ambiente dos negócios deve ser acompanhada de um desenvolvimento generalizado do micro-crédito e de meios que facilitem o acesso dos PME/PMI ao crédito, a fim de apoiar o desenvolvimento do sector privado, liberalizar a actividade económica, atrair o máximo de capitais privados estrangeiros, intensificar e diversificar a indústria, a agricultura e os serviços;

d) O desenvolvimento das trocas comerciais deve apoiar-se num sistema harmonizado de regulamento das transacções e num sistema bancário diversificado e concorrencial. O estabelecimento das instituições financeiras africanas constitui um dos suportes importantes para o sucesso do processo de integração da economia africana. Essas instituições, a exemplo das outras regiões do mundo, deverão ter um papel essencial no desenvolvimento integrado da África;

e) O sucesso da integração económica passa pela harmonização e coordenação das políticas. É pela concertação e articulação centrada numa só voz nas instâncias internacionais que a África poderá defender eficazmente os seus interesses tanto nas negociações da OMC (Doha), da reestruturação e da reorganização das Instituições de Bretton Woods como nos acordos de parceria económica;

7. Esses são os desafios que se colocam à economia africana para garantir o seu desenvolvimento sustentável face à globalização. Os constrangimentos estruturais que persistem continuam a travar o desenvolvimento dos países membros. Face a um tal desafio, os dirigentes políticos, económicos e sociais africanos, deverão envolver-se nas reformas susceptíveis de libertar energias e iniciativas, de inverter a tendência de marginalização do continente na economia mundial, de mobilizar e explorar eficazmente os recursos africanos, de apoiar o crescimento forte e duradouro e de reduzir a pobreza que ameaça a maior parte dos nossos países.